



ORDEM DOS
SOLICITADORES
E DOS AGENTES
DE EXECUÇÃO

CONSELHO PROFISSIONAL DO COLÉGIO DOS AGENTES DE EXECUÇÃO

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO

DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA

Entrada / N.º

Processo N.º

Data

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão para o Acompanhamento
dos Auxiliares de Justiça

Dr. Hugo Lourenço

P.M.P.

Lisboa, 25 de maio de 2016

N/Ref.º: 6897/2016

Assunto: Contributos para a elaboração da proposta final de fixação do número máximo de processos executivos para que podem ser designados os agentes de execução e sociedades de agentes de execução

A pedido do senhor presidente do Conselho Profissional do Colégio dos Agentes de Execução, Dr. Armando A. Oliveira, junto remeto parecer referente ao assunto mencionado epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Pelo presidente do Conselho Profissional do Colégio dos Agentes de Execução

Mara Fernandes

MF/ms

CONSELHO PROFISSIONAL DO COLÉGIO DOS AGENTES DE EXECUÇÃO

Assunto: Contributos para a elaboração da proposta final de fixação do número máximo de processos executivos para que podem ser designados os agentes de execução e sociedades de agentes de execução

Dispõe o artigo 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (EOSAE) que a Comissão Para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) pode fixar, até 15 de junho de cada ano, o número máximo e espécie de processos para os quais os agentes de execução ou as sociedades que integrem podem ser designados a qualquer título.

Face à importância que reveste a fixação de um número máximo de processos (contingentação), entendeu o conselho profissional, antes de se pronunciar quanto à proposta vertida no Aviso n.º 5523-A/2016, de 28 de abril, ouvir os seus associados, tendo para o efeito, não só recolhido inúmeros comentários e sugestões, bem como, solicitado a convocação da assembleia de representantes do colégio de especialidade dos agentes de execução.

Assim, o conselho profissional, ao abrigo do disposto no artigo 167.º do EOSAE, vem pronunciar-se no seguinte sentido:

1.º

O critério previsto na alínea a) do artigo 3.º (totalidade das adjudicações de rendimentos periódicos) não é passível de ser aferido, ou seja, não existe suporte que permita a recolha desta informação.

2.º

O critério previsto na alínea b) do artigo 3.º (inexistência de processos sem movimentação) deve ser tratado sob o ponto de vista disciplinar e não como uma alegada "*bonificação*" pelo cumprimento daquilo a que o agente de execução está obrigado. A CAAJ dispõe de acesso direto e diário a esta informação, tendo sempre a possibilidade de, em sede disciplinar, aplicar aos faltosos as sanções acessórias previstas nas alíneas a) e b) do n.º 3 artigo 192.º do EOSAE.



CONSELHO PROFISSIONAL DO COLÉGIO DOS AGENTES DE EXECUÇÃO

7.º

A valoração concedida aos agentes de execução empregadores deve salvaguardar que o agente de execução empregado só pode beneficiar uma única entidade patronal e de acordo com a situação verificada a 31 de dezembro de 2016, e até ao limite máximo de 2 agentes de execução empregados (seja quando o agente de execução exerce individualmente ou por sociedade).

8.º

A manter-se um número alargado de pressupostos, então deveria também consagrar-se a inexistência de dívidas à Caixa de Compensações.

9.º

Todo o regime deve, pois, ser significativamente simplificado, nos seguintes moldes:

i) Agente de execução em exercício individual ou em sociedade de solicitadores e agentes de execução, com um único agente de execução:

Máximo de 150 processos / ano, podendo ampliar para 300 ou 450 tendo ao seu serviço (em exclusividade e com contrato de trabalho por tempo indeterminado ou com prazo certo até 31 de dezembro de 2017) um ou mais do que um agentes de execução empregados, respetivamente.

ii) As sociedades de agentes de execução ou sociedades de sociedade de solicitadores e agentes de execução com mais do que um sócio agente de execução:

- 225 processos/ano por cada agente de execução, até ao limite de 900 processos/ano, podendo aumentar em mais 225 ou 450 tendo ao seu serviço (em exclusividade e com contrato de trabalho por tempo indeterminado ou com prazo certo até 31 de dezembro de 2017) um ou mais do que um agentes de execução empregados, respetivamente.

iii) Os limites atrás referidos são aferidos tendo em consideração a situação do agente de execução e ou da sociedade verificada a 31 de dezembro de cada ano, sem prejuízo de, oficiosamente, perante a alteração das pressupostos de fixação, poderem ser alterados.

iv) Oficiosamente ou a pedido do agente de execução ou da sociedade de agente de execução, pode a CAAJ verificar as alterações dos pressupostos de fixação, não podendo, no entanto, ser aumentado o número limite de processos caso o agente de execução que entra como